

Reforma fiscal tenta equilibrar contas públicas

Odail Figueiredo

BRASÍLIA — Apesar de todas as medidas adotadas pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello para controlar gastos e aumentar receitas da máquina pública, o governo ainda não obteve equilíbrio estável de suas contas. Com base nessa constatação, a equipe econômica comandada pelo ministro Marcílio Marques Moreira já elabora estudos para realizar uma ampla reforma fiscal no país que, na avaliação oficial, vai exigir a colaboração dos governadores dos estados. “No ano passado, houve um esforço como poucas vezes se viu para equilibrar as finanças públicas”, diz o secretário-executivo do Ministério da Economia, Luís Antônio Gonçalves. “Mas as fontes de desequilíbrio ainda permanecem e precisam ser corrigidas através de uma reforma fiscal profunda.”

Gonçalves assegura que não haverá pacotes nem aumento de impostos para aumentar a receita do governo. A idéia, ao contrário, é reduzir ao máximo o número dos tributos existentes (mais de 50, entre impostos, contribuições e taxas), simplificar o sistema tributário e reduzir as alíquotas. Com isso, espera-se diminuir o estímulo à sonegação e, com o aumento do número de contribuintes, elevar a arrecadação. Conseguir equilíbrio mais duradouro das contas públicas é um dos objetivos estratégicos da equipe econômica. Desse equilíbrio vão depender pelo menos três outras metas prioritárias do governo: estabilizar a inflação, fechar acordo com os credores externos, a partir de um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e atrair novos inves-

timentos estrangeiros para reaquecer e modernizar a economia.

Segundo o secretário, a reforma não será feita rapidamente, mesmo porque muitas das medidas que o governo gostaria de adotar dependem de emendas constitucionais para serem postas em prática — e algumas delas, como o fim da estabilidade dos funcionários públicos, são politicamente explosivas. “A curto prazo, não há muito a fazer. É preciso envolver toda a sociedade nesse projeto para que ele seja atingido e isso vai exigir mais tempo.” Para este ano, a equipe econômica ficará satisfeita se conseguir chegar a dezembro com o orçamento equilibrado, sem transformar em déficit o superávit nas contas públicas conseguido por Zélia em 1990, que foi equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), considerando-se o conjunto das empresas estatais, a União, estados e municípios. Daí para a frente não há, entre os economistas do governo, nenhuma segurança de que esse resultado poderá ser mantido.

Estados — A médio e a longo prazo, a ajuda dos governadores será fundamental, segundo Gonçalves, porque a Constituição de 1988 transferiu aos estados volume muito grande de recursos tributários, mas não houve a correspondente distribuição dos encargos de governo. Tarifas como o financiamento da educação básica ainda são divididas entre municípios, estados e governo federal, numa superposição cujo único resultado tem sido a má qualidade do ensino público. Contudo, a transferência dessas atribuições aos governadores e prefeitos não seria uma solução. Estados e municípios, segundo o Minis-



Arquivo

Gonçalves: um projeto comum

tério da Economia, são responsáveis por dívida de US\$ 60 bilhões que não estão conseguindo pagar, enfrentam dificuldades crônicas para rolar títulos que lançaram no mercado e muitos bancos estaduais convivem há anos com situação pré-falimentar que somente não se consuma por razões políticas.

“Enquanto não for encontrada uma forma de financiar os desequilíbrios estruturais dos estados, dos municípios e dos bancos estaduais, as contas públicas estarão sob ameaça permanente”, diz o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente. Na última terça-feira, ao se encontrar com o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, o ministro Marcílio deu o primeiro passo na busca do entendimento que quer obter com os governadores. Fleury, entretanto, pediu alto. Propôs a substituição dos Cr\$ 850 bilhões de títulos estaduais existentes no mercado por papéis federais, para que as instituições financeiras paulistas possam rolar a dívida de São Paulo a custos mais baixos. Marcílio deverá ouvir pedidos semelhantes dos governadores do Rio, Minas e Rio Grande do Sul — os outros estados que já receberam ajuda do governo federal para rolar seus títulos, no início do ano, e não estão conseguindo honrar os compromissos que assumiram na época.

Tesouro — No plano federal, a situação é um pouco melhor, mas também delicada. Isoladamente, as contas do Tesouro vêm apresentando superávit desde o início do governo — em junho, Cr\$ 7,6 bilhões. Mas os valores estão caindo e a margem do governo é cada vez mais estreita.

“Estamos mantendo um equilíbrio de caixa, mas não há quase nenhuma obra nova em andamento”, observa Gonçalves. “O governo conseguiu redução de 40% nas despesas de pessoal às custas de demissões, colocação de funcionários em disponibilidade e contenção dos salários”, acrescenta o diretor-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Hélio Rabello. “Mas nos próximos meses será impossível evitar recomposição salarial para os servidores e isso criará problemas.”

Compensar aumentos de gastos em alguns itens com cortes de despesas em outros é uma solução cada vez mais difícil. “Não dá mais para comprimir despesas”, afirma Gonçalves. “Basta ver em que situação se encontram as estradas para entender que chegamos a um limite.” Problema adicional está surgindo com as reivindicações dos parlamentares para liberação de verbas para obras novas nas regiões nas quais detêm influência política. O governo tem para este ano orçamento de Cr\$ 52 trilhões, mas depois de descontados os recursos que deve empregar apenas na manutenção da máquina administrativa, as verbas cuja destinação já está vinculada por lei, e as transferências para estados e municípios, não sobram mais do que 6% do total para gastar livremente.

A saída seria encaminhar projetos de lei ao Congresso para cancelar projetos já incluídos no orçamento e transferir os recursos para novos projetos. O problema é que cada uma dessas milhares de pequenas verbas tem um padrino político e o governo sofreria mais desgaste junto à sua precária base parlamentar se tomasse tal iniciativa.